

## **Práticas de Comunicação Participativa no Exercício da Cidadania no Projeto Orchestrarium em Santa Maria/RS<sup>1</sup>**

Bibiana FERREIRA<sup>2</sup>

Maria Ivete Trevisan FOSSÁ<sup>3</sup>

Rafaela Caetano PINTO<sup>4</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, RS

### **RESUMO**

A temática desta pesquisa contém três eixos teóricos centrais: comunicação comunitária, participação e cidadania. O problema de pesquisa se deu através da seguinte questão: Como as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto Orchestrarium em Santa Maria/RS? Tem-se como objetivo geral: analisar as práticas de comunicação participativa no exercício da cidadania no projeto. Assim, os objetivos específicos são: pontuar as ações realizadas no projeto Orchestrarium; caracterizar as práticas de comunicação participativa no projeto Orchestrarium; e identificar os aspectos do exercício de cidadania decorrentes do projeto. Sendo a metodologia do estudo de caso com coletas através de entrevistas e observação direta. Os resultados possibilitam entender que o projeto viabiliza a ampliação dos direitos dos cidadãos a partir das atividades oferecidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação comunitária; participação; cidadania.

### **Introdução**

A sociedade atual possui uma significativa discrepância em relação ao acesso a direitos culturais, políticos, sociais e econômicos. A cultura pode-se citar aqui a música erudita, está historicamente ligada às elites. No Brasil, existem alguns projetos sociais, que viabilizam o contato dos jovens com as diversas áreas da cultura, estimulando assim, pensarem criticamente, buscarem autonomia e serem protagonistas na mudança da sua situação social, aprendendo a reivindicar e exercer seus direitos enquanto cidadãos. Com intuito de abordar o assunto, essa pesquisa traz o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, e parte da problemática: como as práticas de comunicação participativa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no II 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso Relações Públicas da UFSM-RS, email: bibianatf@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Administração (UFRGS); Mestre em Comunicação Social (UMESP). Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na graduação de Comunicação Social e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação e de Administração da UFSM. Tutora do Grupo PET CISA. E-mail: fossa@terra.com.br.

<sup>4</sup> Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional CNPq-UFSM. Doutoranda do PPGCOM-UFSM. E-mail: rafarpufsm@yahoo.com.br.

fomentam o exercício da cidadania no projeto Orchestarium em Santa Maria/RS. Assim, através dos instrumentos de coleta de dados propostos para o percurso metodológico, buscou-se responder a este questionamento, assim como, atingir os objetivos do trabalho.

A temática de comunicação comunitária está vinculada a um pensamento mais igualitário que busca, juntamente com os atores sociais, respostas a problemas concretos. Para isso, a comunicação comunitária necessita essencialmente da participação dos cidadãos para que seja eficaz no exercício da cidadania. Diante disso, a relação entre comunicação participativa e cidadania está nas práticas comunicativas para disseminar informações e comprometer as pessoas. Com apoio teórico de autores como: Marshall (1967), Bordenave (2007) Demo (1988), Covre (2001), Peruzzo (2004, 2007, 2011) Guimarães (2007), Sodré (2006), César (2007) e Freire (2014) para dar conta da temática.

Como resultado da análise percebeu-se que, em um mundo de avanços tecnológicos e de comunicação, ainda o meio mais eficaz de comunicar e de buscar soluções de problemas sociais, é o diálogo. Foi possível observar que esses instrumentos comunicacionais e participativos possuem impactos positivos na consolidação dos direitos do cidadão ao transformarem sujeitos passivos em ativos. Sem a autonomia, a independência, seria sufocante para um grupo compartilhar a busca da evolução ativa.

Por fim, entende-se que o projeto viabiliza a ampliação dos direitos dos cidadãos, que a comunicação participativa fomenta o exercício da cidadania no projeto em consequência do processo de transformação e da potencialização do pensamento crítico dos jovens e esta, será ainda mais efetiva com o fortalecimento dos vínculos afetivos.

### **Comunicação Comunitária: compreendendo o conceito**

Os estudos acerca da comunicação comunitária surgem, no Brasil, por meados dos anos de 1980, tendo como base as pesquisas de Cecília Peruzzo. Segundo esta autora (2011), a comunicação comunitária nasce atrelada ao conceito popular. Carlos Guimarães (2007) diz que, para entender a origem da comunicação comunitária, é preciso conhecer o momento histórico pelo qual passava a América Latina nas décadas de 60 e 70. Nesse período, o surgimento da comunicação comunitária se deu através das ações reivindicatórias de determinados movimentos sociais que notaram a importância dos meios de comunicação e passaram a apropriar-se dos mesmos.

Essa concepção alternativa de comunicação provém, portanto, da necessidade de autonomia dos atores sociais que se articulam em busca de melhorias na qualidade de vida

nas comunidades, nos movimentos populares, etc. Assim, a respeito da comunicação comunitária, pode-se dizer que representa “um processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas de uma comunidade, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação” (PERUZZO, 2003 apud CÉSAR, 2007, p. 82).

No entanto, para que essas lutas ganhem força é indispensável a participação dos atores sociais dentro da práxis comunitária, já que a participação é

uma das características mais marcantes da comunicação popular e comunitária na sua fase original, [...] ela se concretiza por meio de uma comunicação realizada dentro dos movimentos e das organizações, o que representava a existência de outro tipo de comunicação, pois seus conteúdos provinham das bases excluídas da sociedade e destinavam-se a essas mesmas bases (PERUZZO, 2007, p. 138).

Portanto, fica claro que a participação é primordial no engajamento dos sujeitos para que exista a procura da resolução dos problemas da comunidade. Visto que, isso se torna possível apenas quando os atores sociais se conscientizam desses problemas e, assim, tornam-se aptos a eles próprios buscarem as soluções.

### **A participação como movimento fundamental à sociedade**

Bordenave (2007, p. 46) explica que “apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”. Entretanto, para que sejam desenvolvidas novas mentalidades participativas é preciso que os sistemas educacionais criem maneiras que exercitem as práticas de participação.

O autor Demo (1988) concebe a participação como sendo algo que se conquista, assim, ela “não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e criada” (DEMO, 1988 apud PERUZZO, 2004, p. 75). Ainda, Bordenave (2007) traz duas bases complementares de participação: “uma base afetiva – participamos por que sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental – participamos por que fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos” (BORDENAVE, 2007, p. 16).

Nesse entendimento da participação é importante entender os graus e níveis de participação propostos por Bordenave (2007). O autor subdivide a participação em graus e níveis. O primeiro grau apresentado por Bordenave (2007) é o da informação. Ele considera como sendo o menor grau, pois as decisões são tomadas pelos dirigentes e apenas

repassadas para os outros membros da organização. O segundo grau é a consulta facultativa. Nesse grau, os dirigentes e administradores podem ou não “consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema” (BORDENAVE, 2007, p. 31).

O próximo grau é o da consulta obrigatória, em que os integrantes da organização devem ser consultados em algumas situações, como em leis de negociação salarial. Na sequência, outro tipo apresentado de grau de participação apresentado pelo autor é a elaboração/recomendação em que os membros contribuem com a elaboração das propostas da instituição. Num grau mais elevado, está a co-gestão. Neste grau os administradores exercem uma influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões.

O penúltimo grau exposto pelo autor é o da delegação que possibilita aos membros terem certa autonomia dentro das organizações. Por fim, o último e mais elevado grau é o da autogestão. Neste, “desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a autoadministração” (BORDENAVE, 2007, p. 33). Além dos graus, a fim de classificar a importância das decisões dos membros da organização por meio da participação, Bordenave (2007) apresenta uma maneira de distinguir os diversos níveis em ordem decrescente de relevância:

Nível 1 – Formulação da doutrina e da política da instituição. Nível 2 – Determinação dos objetivos e estabelecimento de estratégias. Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos. Nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações. Nível 5 – Execução das ações. Nível 6 – Avaliação dos resultados (BORDENAVE, 2007, p. 33).

A importância da participação dos membros da organização se dá conforme o nível que os mesmos praticam. Se o sujeito executa apenas os níveis 5 e 6, conseqüentemente, o exercício da participação está restrito, pois existem lideranças que assumem os níveis 1 e 2. Assim, em uma organização comunitária, que busca a comunicação democrática e participativa, não existe divisão entre os que planejam e os que executam. Portanto, conclui-se que a comunicação comunitária, por ser uma comunicação mais horizontal que visa à autonomia dos indivíduos de uma comunidade, necessita imprescindivelmente da participação dos mesmos como sujeito e protagonista dessa comunicação. Essa participação irá favorecer tanto a comunicação, quanto o exercício de cidadania desses indivíduos, já que os mesmos passarão agir coletivamente em busca dos direitos que a sociedade lhes priva.

### **De que cidadania estamos falando?**

O conceito de cidadania configura-se na *Pólis Grega*, quando o homem percebeu a necessidade de se organizar perante uma sociedade (COVRE, 2001). Atualmente, o conceito perpassa por diversas áreas, como a educação, a sociologia, o direito e até mesmo a comunicação.

Acredita-se que o direito e o dever ao voto é apenas uma das maneiras em que o cidadão exercita a sua participação. Entretanto, é importante também, enquanto cidadão, o dever de inteirar-se das necessidades como: a falta de saneamento básico, a educação precária, a violência etc. existentes no campo social em que está inserido. Segundo Marshall (1967), a cidadania é composta por três elementos: os direitos no âmbito social, político e civil. O direito civil está relacionado à liberdade individual de ir e vir dos cidadãos, à liberdade de expressão, ao direito de propriedade, etc. Por elemento político, entende-se o direito de participação no exercício do poder político, dentro de associações, parlamentos e no próprio governo. Já o terceiro elemento, o social, corresponde às necessidades básicas dos seres humanos, como segurança, saúde, educação, alimentação, etc. Covre (2001, p. 15) afirma que “esses três conjuntos de direitos que compoariam o direito do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca”.

No entendimento de que a cidadania perpassa pela questão da igualdade/desigualdade presente no corpo social, Paulo Freire (2014) traz a noção de uma sociedade baseada na cultura de seres oprimidos e opressores. Em que os oprimidos são aqueles que se encontram numa situação de desumanização, à medida que, os opressores se colocam numa posição de “ser mais”.

Por isso, o estudioso enfatiza a necessidade de libertação do homem na luta pela modificação das estruturas. Covre (2001, p. 10) ratifica este pensamento quando diz que “as pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos de direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos”. A cidadania depende, portanto, da capacidade da sociedade civil em se articular a fim de promover seus direitos e exercer seus deveres, não outorgando esse papel apenas à atuação do Estado.

A educação, portanto, cria possibilidades do homem desenvolver a sua consciência crítica para que ele reivindique seus direitos. Para tanto, existem meios que facilitam o processo educativo como os meios de comunicação.

## A Comunicação Participativa em busca da cidadania

A relação entre os temas comunicação e cidadania, entre outras questões, está vinculado também aos meios de comunicação. Acredita-se que o computador, a televisão, o rádio, etc. são de extrema importância para criar e recriar e, assim, servem como meios para ampliar a participação política e social.

Peruzzo (2007, p. 51) afirma que “uma vez havendo a decisão de colocar essas tecnologias a serviço da população e, por meio delas, dar acesso às informações, às culturas, à educação etc., elas desempenham papel primordial no desenvolvimento social e da cidadania”. Porém, a comunicação vai muito além dos meios de comunicação que hoje permeiam o fazer social. Considera-se que a comunicação é potencializada pelos meios mecânicos e digitais, porém, a sua essência é puramente interpessoal.

Paulo Freire defende a importância do diálogo e relata que o mundo humano é um mundo de comunicação, aonde os homens tornam-se sujeitos pensantes ao se relacionarem entre si. Para ele, “o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1983, p. 45). Portanto, a essência da comunicação está no ato de dialogar. Assim, o diálogo “é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (FREIRE, 2014, p. 109).

Segundo ele, “quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele” (FREIRE, 2014, p. 83). Freire (2014) ratifica que ninguém se educa sozinho, mas sim em comunhão.

A comunicação entre os atores sociais não seria possível se não houvesse um envolvimento emocional ou afetivo entre ambos. Muniz Sodré, um dos maiores pensadores da comunicação, retrata que é

particularmente visível a necessidade de uma outra posição interpretativa do campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes signos representativos ou intelectuais, mas principalmente, os poderosos dispositivos do afeto (SODRÉ, 2006, p. 13).

Dessa forma, explana sobre os dispositivos do afeto, que são representados por diversos fenômenos, dentre eles a simpatia, o amor e as emoções. A partir desses fenômenos é possível transmitir-se, comunicar-se e, assim, o entendimento do que é passado através da comunicação se torna algo natural, sem esforço. Automaticamente o conhecimento adquirido é colocado em prática de forma prazerosa. Portanto, a comunicação através do diálogo, só será concretizada, de fato, se houver o afeto.

Portanto, a comunicação, através das diversas formas, como os meios digitais e o diálogo, é de extrema importância no que diz respeito ao exercício da cidadania dos indivíduos. Para conseguir que o processo comunicativo se inicie e se complete de modo eficiente e eficaz é importante e indispensável que o diálogo, que só é possível concomitantemente com o afeto, esteja presente em todas as fases do mesmo processo.

### **Percurso metodológico**

O projeto Orquestrarium é uma Incubadora de Coros e Orquestras Infanto-juvenis que surgiu com o objetivo de oferecer a música como elo de integração social, em que pequenos grupos de jovens iniciaram sua experiência com a música em abril de 2013, especialmente nas comunidades dos Bairros Nova Santa Marta e Divina Providência, em Santa Maria/RS. As atividades, ofertadas no contraturno escolar, tem o objetivo de proporcionar um espaço de prevenção, proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, o Orquestrarium, que surgiu com um grupo de aproximadamente 10 crianças, hoje, atende mais de 100 jovens entre 06 e 24 anos de idade. Como o projeto beneficia os jovens e as suas famílias, há uma estimativa de que atualmente 500 pessoas sejam assistidas graças às atividades do projeto. Dentro desta perspectiva, o Orquestrarium conta com atividades de canto e coral, prática de instrumentos musicais, aulas de língua portuguesa e matemática e oficinas de artes que contribuem com a expressividade e a sensibilidade dos educandos. O projeto oferece também acompanhamento familiar por meio do trabalho da assistência social com encontros de grupos para debater assuntos pertinentes entre os alunos, como: sexualidade, criminalidade, educação, entre outros. Ademais, quando necessário, elas são direcionadas aos profissionais das áreas de psicologia e de fisioterapia

Dessa maneira, para conduzir a pesquisa e responder o problema proposto neste trabalho, optou-se pelo estudo de caso conduzido por Yin (2010). Nessa pesquisa, os



instrumentos utilizados foram: entrevistas semiestruturadas e observação direta. Na entrevista obteve-se a participação de quatro integrantes diferentes (aluno, professor, gestor e pai). Outra opção de coleta de dados foi a observação direta que consiste na análise de comportamentos relevantes ou condições ambientais.

### **Análise referente aos direitos de cidadania**

No primeiro momento, buscou-se cumprir com o objetivo específico de pontuar as diversas ações que o projeto realiza, assim como relacioná-las com o exercício de direitos trabalhado no segundo capítulo desta pesquisa. Inicialmente, é necessário enfatizar que o projeto *Orchestrarium* configura-se como um direito social, pois proporciona espaços de proteção aos jovens, assim como o fortalecimento de vínculos comunitários. Por se caracterizar como uma organização sem fins lucrativos, seu objetivo é mudar a realidade social dos beneficiados, oportunizando a estes cidadãos novos meios de acesso aos seus direitos.

Através da observação foi possível destacar que as atividades do projeto são organizadas por oficinas: Oficina da família; Oficina de apoio pedagógico; Oficina de artes integradas; Oficina de formação humana. Notou-se que a oficina da família é uma das primeiras instâncias com a qual os alunos entram em contato. Ao chegarem ao projeto, logo são encaminhados para a entrevista com a assistente social. Dependendo da situação, a assistente pode intervir ou apenas ficar ciente caso alguma coisa aconteça.

Após ingressarem no projeto, as crianças têm a oportunidade de participar de diversas atividades. Algumas delas reforçam o incentivo que o projeto dá para o direito à educação, como as práticas realizadas dentro da oficina de apoio pedagógico, em que os alunos que estão com dificuldades de aprendizagem dos conteúdos na escola tem a oportunidade de ter aulas individuais (de português e matemática) com alguns professores voluntários. O projeto viabiliza também o direito do cidadão à alimentação quando oferece diariamente lanche, recebidos através de doações, no intervalo das aulas. Ademais, fica claro que os alunos não tem custo com os instrumentos, pois são doados ou arrecadados através de recursos. Essa integração com as artes também se dá através das aulas de dança contemporânea, coral, teoria musical e artes plásticas. Na entrevista, o gestor comenta que as aulas de instrumento são diárias, enquanto as outras, embora regulares aconteçam com menos frequência.



Consta no Estatuto da Associação: “Promover ações nos aspectos de educação, saúde, recreação e possibilidade de formação profissionalizante” (Art. 2º). Durante a entrevista com o gestor, foi questionado sobre a mudança que o projeto causava na vida desses jovens, ao passo que ele sentencia que:

Uma mudança bem clara assim, que aparece no perfil deles, é que no início do projeto a gente tinha um perfil de pessoas, que queriam continuar fazendo seu estudo fundamental, concluir talvez o médio, e raros queriam chegar na universidade. E hoje já inverteu esta pirâmide né, nós estamos com a grande maioria: 90% querem chegar fazer uma universidade, os outros todos pretendem terminar o ensino médio pra poder ter uma profissão um pouco melhor e poder ter outras oportunidades na vida (GESTOR).

Portanto, percebe-se que o projeto assegura os direitos à educação, saúde, lazer, entre outros, e promove nesses jovens e em suas famílias a visão de um mundo melhor, com acesso a benefícios restritos a eles hoje. Embora haja alguns problemas institucionais no projeto, seu objetivo é pleno de transformação.

### **Análise das práticas de comunicação participativa**

Esse momento da análise cumpre com o segundo objetivo específico da pesquisa: caracterizar as práticas de comunicação participativa do projeto. Assim, a importância desta discussão é a identificação das práticas de comunicação participativa que, no decorrer da pesquisa, pode ser entendida através dos meios comunicacionais e do diálogo.

Os meios utilizados para análise do objeto empírico foram os que aparentemente possibilitam a participação mais efetiva entre os membros do projeto. A partir disso notou-se que existe a troca de informação através do grupo no *Facebook*. Ficou evidente que mesmo havendo inteiração por esse meio, ele não é completamente efetivo. Assim, o processo participativo pode ser verificado também através da comunicação interpessoal atrelada ao diálogo.

Foi possível notar que o diálogo é bastante valorizado, afinal, o primeiro contato das famílias com o Orquestrarium é através da conversa com a assistente social. Fica evidente a prática do diálogo em diversas instâncias do projeto, além da família. Na entrevista, o professor comenta que a didática da aula não se baseia apenas na decisão dos materiais de estudo. Ao contrário disso, os alunos intervêm com sugestões e dialogam juntamente com os professores na escolha das músicas que serão tocadas por eles. “Existem algumas coisas que os professores decidem, visando a evolução deles no instrumento em si, e

principalmente as questões técnicas. As outras questões são trazidas “pro” grupo o que eles pretendem o que eles querem tocar” (PROFESSOR).

Além disso, são realizados encontros da assistente social com grupos de jovens aonde são compartilhados assuntos pertinentes entre os alunos, como violência, drogas, sexualidade, etc. Segundo o gestor, os assuntos são trazidos pelos próprios alunos e seu papel é de intermediador. Esses encontros fortalecem o que Freire (2014) apresenta sobre os processos de participação na compreensão sobre questões da sociedade. Em conformidade com a discussão teórica proposta nesse trabalho por Freire (2014) sobre o diálogo como processo transformador dos sujeitos sociais e como criador de consciência crítica, o gestor, durante a entrevista, relata o quanto é visível a transformação dos jovens.

A transformação é possível, ela tá muito presente aqui. Cada uma das crianças, elas já estão diferentes de quanto elas chegaram. Elas não estão mais iguais e isto é um processo que os professores, por falarem uma mesma língua, por entenderem a proposta da cidadania como um primeiro passo e a música como sendo a liga disso tudo (GESTOR).

Na entrevista com o pai, buscou-se entender de que maneira se dá essa transformação a partir da visão dele. Assim, afirma que

A música já é uma transformação, tu já nasce ouvindo musica. [...] Enquanto cidadão eles poderiam tá fazendo outras coisas, estar em uma rede social fazendo coisas que não evolui em nada na cabeça de um jovem, mas eles estão aprendendo alguma coisa ocupando o tempo que eles têm (PAI).

Além disso, durante o percurso teórico, Freire (2014) e Sodré (2006) falam sobre a questão do afeto na efetivação do diálogo e conseqüentemente na construção da consciência crítica. Neste contexto, pode-se destacar a entrevista feita com o aluno com objetivo de identificar aspectos referentes à cidadania e ao pensamento crítico. Sua resposta ratifica o pensamento dos autores sobre o afeto e o diálogo: onde só há diálogo, se houver afeto. A pergunta foi: “Em relação ao projeto, como você vê o mundo?”.

Com amor. Porque o que os professores fazem aqui é transmitir amor. Tipo, eles ensinam através do amor. Se tu pega uma pessoa nova que conheceu o projeto ontem e veio hoje, eles, na primeira vez que vieram já vão querer vir sempre. As pessoas transmitem isso. Não é que nem um outro lugar aí que as vezes tu até paga pra “ta” lá e é tratado de uma forma ruim. Parece que as pessoas tão te fazendo mal. Aqui é ao contrário. A gente acaba trazendo isso pro nosso mundo, tentando ver as pessoas com esse mesmo olhar (ALUNO).

Assim, entende-se que a transformação só é possível quando existirem os sentimentos afetivos, pois estes possibilitam e fortalecem a comunicação e a efetiva participação para a transformação social.

## **Análise referente aos graus e níveis de participação**

Nesta parte da análise, trabalhou-se com os sete tipos de graus referentes à participação, de acordo com os estudos de Bordenave (2007) sendo eles: 1) Informação; 2) Consulta Facultativa; 3) Consulta Obrigatória; 4) Elaboração/recomendação; 5) Co-gestão; 6) Delegação; e 7) Autogestão. Assim como os níveis trazidos pelo autor no trabalho.

Primeiramente, buscou-se entender de que forma são tomadas as decisões no projeto, a partir de que instrumentos e quais membros participavam dessas decisões. Posto que, durante a entrevista realizada com o gestor do projeto, foi indagado sobre essa questão e na sua resposta asseverou: “então, a gente procura fazer reuniões com a diretoria primeiramente ver qual é o caminho que a gente quer tomar e depois traz o assunto para os professores” (GESTOR).

Pode-se entender a partir deste relato, que a hierarquia da gestão é respeitada já que primeiramente as decisões partem da gestão para depois atingir os professores. Além da reunião da gestão, existe outro tipo de reunião realizada com professores, bolsistas e colaboradores que acontece normalmente duas vezes por mês.

Nessas reuniões, percebe-se que há um consenso entre a gestão e os professores, o que não configura um poder de decisão nem mesmo uma consulta obrigatória, pois eles apenas informam seus horários disponíveis para aula com objetivo de organização. Assim, é possível notar que as decisões finais são da gestão mesmo que haja a opinião de algumas instâncias do projeto a fim de contemplar os objetivos visados.

Ao questionar o pai entrevistado sobre a sua participação nas decisões, ele deixa claro que não participa das reuniões da gestão. Com relação as informações, ele afirma que: “Às vezes eu recebo um bilhetinho, na maioria das vezes quando é pra eles irem a algum lugar tocar, eu recebo um bilhetinho já escrito o local, já pedindo a autorização pra eles irem até esse local e até o horário que eles vão voltar” (PAI).

Na entrevista com o professor, questionou-se sobre a participação dos pais nas decisões e ele mencionou que ocorrem reuniões semestrais em que os pais são informados sobre as decisões do projeto e sobre questões comportamentais dos filhos. Entretanto, o gestor expõe que gostaria de uma participação mais efetiva dos pais no projeto, mas aponta certa dificuldade. “Em questão da participação dos pais, eu gostaria que tivesse uma participação mais ativa na liderança do trabalho, tomada de decisões, mas a gente sabe que é bastante difícil em projetos sociais” (GESTOR).

Na entrevista com o pai perguntou-se de que forma ele intervia nas decisões, na sua resposta, ele disse que somente opinava. Entretanto, ele reconhece que a sua participação não é ativa. Indaga-se, nesse sentido, o porquê de ele acreditar que sua participação é limitada. Percebe-se, assim, a partir da sua afirmação, outra questão relevante de ser pensada neste contexto: quanto o nível social dificulta o acesso e a participação dos atores sociais. “Se eu pudesse ficaria o dia todo aqui fazendo alguma coisa, mas a condição social da gente, digamos assim, não permite que você faça isso. Mas se eu tivesse oportunidade de fazer isso, eu faria” (PAI).

Durante o processo de observação direta, foi possível notar a importância que a participação conjunta de todos os membros, mesmo com algumas imposições já apontadas, tem para o desenvolvimento do projeto. Mesmo que apenas com opiniões, os próprios alunos, por exemplo, contribuem conjuntamente com a gestão. Ao entrevistar o aluno, perguntou-se de que tipos de decisões ele participava. Ele respondeu:

A gente teve que pesquisar instrumentos. Também tinha que ver os instrumentos que tem aqui. Ver quantos tem de cada instrumento. Se têm uso, se não tem. Eu tive que abrir todos os instrumentos, vê se “tava” tudo certo, se tinha todas as coisas dentro... Arco. Se não tinha nada quebrado, se “tava” em uso (ALUNO).

A partir deste trecho da entrevista, pode-se inferir que a participação por parte do aluno encontra-se no nível de execução de ações, nível 5. Além disso, observou-se que, os alunos contribuem, através do *Facebook*, para divulgar o projeto, assim como, atingem nível 3 ao contribuírem com as decisões no projeto na escolha do repertório que será executado. Ainda, durante o período de observação, foi possível notar que a gestão atua em todos os níveis. Conforme dito pela gestão, alguns pais contribuem com a tomada de decisões e com a busca de parcerias para o projeto. Assim, os pais passam a atingir os níveis 3, 4 e 5.

Durante o tempo de observação, foi possível visualizar que o grupo de professores é diversificado. Existem aqueles que fazem parte do curso de música da UFSM e, portanto, recebem da instituição como bolsistas. Há também professores voluntários e professores que não tem vínculo com a universidade. Segundo o relato do professor entrevistado, sua participação se dá tanto como educador, como nas tarefas de organização.

Minha função aqui é de educadora e algumas vezes por falta de outras pessoas acabo assumindo outras funções: de organizar horário dos “profes”, dos alunos. Às vezes, ajustar as aulas de acordo com a disponibilidade dos professores. Então acredito que além de educadora então mais esta função de organização (PROFESSOR).

Durante o período de observação, percebeu-se que os outros professores executam ações, circunscritas no nível 5, a fim de alocar de recursos e auxiliar na administração de operações. A grande maioria também contribui com a busca de recursos financeiros (nível 4) através da venda de rifas e jantares da instituição.

Após uma análise geral acerca dos graus de participação, pode-se notar que é papel da gestão a tomada de decisões. Já a participação entre os demais integrantes do projeto está vinculada ao grau de informação na maior parte das vezes devido à diversidade de reuniões. Assim, a segmentação de informações, evidencia a hierarquia institucionalizada do projeto, gera problemas na comunicação, pois, percebe-se que alguns pais têm mais informações e acesso que outros, assim como os professores e os alunos. Entretanto, verifica-se a necessidade do projeto em segmentar as informações, por conta do grande número de pessoas envolvidas. Hoje são aproximadamente 500 membros abrangidos direta e indiretamente pelo projeto, o que dificulta a criação de um espaço em que todos possam participar das decisões no mesmo grau, embora esse deva ser o objetivo do projeto, assim como evidenciado em algumas preocupações relatadas pelos entrevistados e em algumas propostas futuras do Orchestarium.

Ao término da análise dos níveis fica evidente que as decisões mais importantes cabem apenas à gestão, atingindo poucos integrantes do Orchestarium. Os demais membros auxiliam no que está ao seu alcance a fim de dar conta das necessidades básicas para o bom andamento do projeto. O que se pode constatar é que os membros do Orchestarium participam por meio, principalmente, da execução de ações e alocação de recursos, de acordo com os níveis 5 e 4, a fim de manter o funcionamento do projeto.

### **Considerações Finais**

Como resultado da análise, ao pontuar as ações realizadas pelo projeto, notou-se que os aspectos que fomentam o exercício da cidadania são variados. Dentre eles, pode-se destacar o direito à educação, tanto de questões musicais, quanto do próprio ensino básico. O projeto estimula a todo o momento a formação cidadã a partir de aulas individuais e de reforço de algumas disciplinas e o incentivo para a execução das tarefas da escola.

Sabe-se que o índice de violência, entre outros problemas, está bastante atrelado às condições econômicas dessas comunidades que o projeto atende. Isso gera uma série de problemas emocionais nos jovens e nas famílias, entretanto, as baixas condições financeiras impossibilitam a busca por profissionais da área para minimizar os problemas. Assim, ao

oferecer atendimento psicológico a esses cidadãos, o projeto fomenta o direito à saúde, à proteção e, assim, o exercício da cidadania.

Após caracterizar as práticas de comunicação participativa, pode-se perceber que estas se desenvolvem inicialmente através dos eixos que o projeto se propõe a realizar. Cada uma das práticas incorporadas nos eixos desenvolve a participação dos jovens de diversas formas. Uma delas está nos meios comunicacionais. Ademais, constatou-se que o diálogo, como forma de comunicação participativa destacado na análise, potencializa o comunicar entre os membros do projeto. Essa comunicação através do diálogo é um processo educativo e transformador, pois possibilita as pessoas enxergarem as questões que cercam o mundo com diversos vieses e perspectivas.

Mas pelo fato do diálogo estar atrelado ao processo educativo, acontece de forma lenta e gradual. Isso justifica o porquê de ainda o projeto ter pouca participação nas decisões em nível relevante, principalmente por parte dos pais e alunos. Em primeiro lugar, há uma limitação devido ao acesso da comunidade no projeto, já que não está inserido dentro dela. Em segundo lugar, o Orchestrarium é uma organização social recente, com menos de 04 anos de existência. Muitos jovens que entraram ainda estão em processo de desenvolvimento e a educação demanda tempo. Acredita-se que com o tempo, essas questões serão aprimoradas e, assim, haverá maior participação dos membros no que diz respeito à construção coletiva dos objetivos do projeto.

Compreende-se, assim, que a comunicação participativa no projeto Orchestrarium baseada nos meios comunicacionais e no diálogo transformam os sujeitos em cidadãos mais críticos e conscientes, porém, ela é potencializada pelos processos afetivos que o mesmo incita nos membros. Através dos dispositivos do afeto, cria-se a possibilidade de comunicação e, assim, a transformação dos sujeitos para a busca de uma sociedade mais justa e igualitária por meio do acesso aos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. D. O que é participação. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Lei 8,069, 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CÉSAR, R. E. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W.L. Relações Públicas comunitárias: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 78-91.

COVRE, M. L. M. O que é cidadania. 9º ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DUARTE, M.Y.M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, J. Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 57º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, C. Comunicação Comunitária na América Latina. **Observatório Jovem do Rio de Janeiro**. São Paulo, 28 agosto. 2007. Entrevista.

KUNSCH, M. M. K. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W.L. Relações Públicas comunitárias: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 165-180.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisados e as reelaborações no setor. In: BARBALHO, A; FUSER, B; COGO, D. **Comunicação e Cidadania: Questões contemporâneas**. Fortaleza: Demócrito rocha, 2011. p. 9-27.

\_\_\_\_\_, C. M. K. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. *Pensamento Comunicacional Latino-Americano – PCLA*, São Bernardo do Campo, vl. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em < <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>> Acesso em: 10 out. 2015

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Comunicação comunitária e gestão participativa**. In: KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W.L. Relações Públicas comunitárias: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 137-164.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis: Afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2010.